REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

O BUMBA MEU BOI DE PROMESSA COMO MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E RELIGIOSA COMO PRÁXIS AGROECOLÓGICA NO MARANHÃO

THE BUMBA MEU BOI DE PROMESSA AS AN ARTISTIC, CULTURAL, AND RELIGIOUS MANIFESTATION AND AS AN AGROECOLOGICAL PRAXIS IN MARANHÃO

Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas • 23/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795291439

Pedro Henrique Gomes Xavier

Jorge Luiz Dias Rodrigues

RESUMO

O artigo analisa o Bumba Meu Boi de Promessa na região do Médio Mearim (MA) como práxis agroecológica e expressão contra-hegemônica diante da expansão do agronegócio. O objetivo é compreender como essa manifestação cultural articula relações entre terra, trabalho, espiritualidade e organização comunitária, configurando-se como práxis agroecológica em contexto de conflitos agrários no Médio Mearim. O estudo tem como método a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com três entrevistas com fazedores de cultura. Os resultados indicam que o avanço do agronegócio, produz desterritorialização e esvaziamento das condições materiais que sustentavam o Boi de Promessa, ao mesmo tempo em que esta manifestação se afirma como práxis agroecológica e reafirma a necessidade de enfrentar a hegemonia do agronegócio, fortalecer a agricultura camponesa agroecológica e recolocar arte, cultura e cosmologia no centro da luta pela terra e pela soberania dos povos do campo.

Palavras-chave: Bumba Meu Boi de Promessa; Agronegócio; Agroecologia; Hegemonia cultural.

ABSTRACT

The article analyzes the Bumba Meu Boi de Promessa in the Médio Mearim region (MA) as an agroecological praxis and counter-hegemonic expression in the face of agribusiness expansion. The objective is to understand how this cultural manifestation articulates relations between land, labor, spirituality, and community organization, configuring itself as agroecological praxis in a context of agrarian conflicts in the Médio Mearim. The study employs bibliographic research and field investigation through three interviews with culture makers. The results indicate that agribusiness advancement produces deterritorialization and erosion

of the material conditions that sustained the Boi de Promessa, while simultaneously this manifestation asserts itself as agroecological praxis and reaffirms the necessity to confront agribusiness hegemony, strengthen peasant agroecological agriculture, and reposition art, culture, and cosmology at the center of the struggle for land and the sovereignty of rural peoples.
Keywords: Bumba Meu Boi de Promessa; Agribusiness; Agroecology; Cultural hegemony.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil está marcada pela disputa agrária, desde a colonização, perpassando pelo modo de produção escravista entre os barões e os escravizados, até hoje no modo de produção capitalista entre os latifundiários, empresários do agronegócio, e os camponeses. Essa disputa trata-se de uma concepção econômica e política, e não só, mas também uma disputa cultural e simbólica, quando se trata do modo de viver, celebrar e resistir dos povos do campo. Nesse sentido, a manifestações como o Bumba Meu Boi de promessa evidenciam como a arte e a cultura foram um campo de disputa ideológica.

Abrão (2024), em seu livro "História do Bumba meu Boi do Maranhão (1828-1900)" apresenta um panorama histórico de como o Bumba meu Boi foi resistência, principalmente aos escravizados no estado do Maranhão e como a festividade e suas organizações eram criminalizadas. A disputa entre aqueles que dispunham da força de trabalho e aqueles que exploravam os trabalhadores, sempre foi uma marca na história do Brasil. Para tanto, vamos fazer alguns apontamentos de como a questão agrária e a disputa pelo modelo

de campo no Brasil não está desassociada também da disputa ideológica da arte e da cultura.

Enquanto estudos sobre o Bumba Meu Boi, frequentemente o tratam como patrimônio cultural desvinculado de questões agrárias, a literatura sobre conflitos agrários no Maranhão raramente integra análise de expressões culturais como dimensão constitutiva da luta pela terra. Este artigo busca preencher essa lacuna através de análise que articula o avanço do agronegócio e o desparecimento de modos de vida do camponês como o Boi de Promessa na região do Médio Mearim no estado do Maranhão.

O objetivo deste trabalho é analisar a disputa entre os modelos do Agronegócio e da Agricultura Camponesa, com ênfase nas contradições do modelo de campo em disputa e a partir de uma análise de como a cultura e arte dos camponeses, quilombolas e indígenas estão sob ameaça pela lógica capitalista no campo. Portanto, consideramos que essa manifestação cultural não é apenas um objeto de estudo, mas um princípio formativo e epistemológico que revelam as contradições materiais e simbólicas da questão agrária brasileira.

Como aporte teórico-metodológico, definimos a pesquisa a partir do Materialismo Histórico Dialético, utilizando os conceitos gramscianos de hegemonia e contra-hegemonia e conceitos marxistas como mais-valia, luta de classe e mundialização do capital para compreender as relações de poder que permeiam a questão agrária brasileira.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa exploratória de caráter dialético fundamentado no Materialismo Histórico-Dialético, utilizando conceitos gramscianos de hegemonia e contra-hegemonia e relações de poder que permeiam a questão agrária brasileira. Metodologicamente, articula pesquisa bibliográfica com pesquisa de campo, combinando análise documental sobre conflitos agrários na região do Médio Mearim com investigação histórica do Bumba Meu Boi de Promessa. A pesquisa bibliográfica abordou categorias como questão agrária, agroecologia como práxis política, indústria cultural e história das manifestações culturais camponesas no Maranhão, permitindo construir fundamentação teórica suficiente para interpretação dos dados.

A pesquisa de campo foi realizada em Bacabal, município na região do Médio Mearim (MA), em novembro de 2025. Utilizou-se técnica de entrevista semiestruturada com três fazedores de cultura e guardiões(ãs) da tradição do Bumba Meu Boi. Os entrevistados foram selecionados por amostragem intencional, considerando a experiência com a manifestação, envolvimento comunitário como mestres ou gestores culturais, participação com a manifestação cultural dos Bois de Promessa. As entrevistas foram gravadas, transcritas e interpretada a partir da análise dialética, identificando categorias temáticas relacionadas à organização do boi, ciclos agrícolas, transformações territoriais e impactos do agronegócio.

ENTRE O “AGRO É TUDO” E O BUMBA MEU BOI DE PROMESSA E OS CONFLITOS SIMBÓLICOS E TERRITORIAIS NO CAMPO MARANHENSE

Nesse debate do campesinato brasileiro, não podemos deixar de lado o projeto de campo que nós, educadores e educadoras da

Educação do Campo das Águas e das Florestas, movimentos sociais do campo, camponeses e camponesas, quilombolas, ribeirinhos e ribeirinhas, assentados(as) e acampados(as) da Reforma Agrária, pequenos agricultores e pequenas agricultoras, movimentos pela soberania alimentar, movimentos pela agroecologia, pesquisadores e pesquisadoras da Reforma Agrária Popular e guardiões(ãs) de nossas manifestações culturais lutamos para construir.

Esse projeto de campo não se resume a modelos técnicos de produção, ele enraíza-se nas formas ancestrais de conhecimento, nas práticas espirituais e nas expressões artísticas que marcam a identidade dos povos e das comunidades tradicionais.

Para melhor compreender a disputa de modelo de campo, disputa que não está ligada apenas aos modos de produção, mas também aos modos de vida existentes no campo, precisamos elencar dois importantes termos, de um lado o Agronegócio e de outro a Agricultura Camponesa. Essa disputa também se materializa no plano simbólico, artístico e cultural, onde diferentes projetos de sociedade disputam hegemonia sobre o significado da terra, do trabalho e da vida comunitária. Nesse sentido, esse texto busca trazer as manifestações culturais como o Bumba Meu Boi de Promessa revelam essas contradições no território agrário na região do Médio Mearim no estado do Maranhão.

Enquanto o agronegócio tem subordinado o território à lógica da acumulação capital dos meios de produção, a partir da exploração do homem e da natureza pelo homem, a agricultura camponesa e suas expressões culturais afirmam outras relações com a natureza, com o sagrado e com a coletividade. Portanto, compreender a questão agrária exige uma análise que integre arte, cultura e

cosmologia camponesa como dimensões importantes da luta pela terra e pela soberania.

Agronegócio e Hegemonia Cultural

O termo agronegócio é de uso dos brasileiros, porém está ligado à noção de agribusiness, termo americano criado por John Davis e Ray Golbderg, da área de administração e marketing. No agronegócio, caracteriza-se por grandes extensões de terras, fortes tecnologias, apoio dos governos e consenso da sociedade. Ao longo do tempo, o agronegócio no Brasil vem-se consolidando não apenas no campo da produção, mas também em outros segmentos da sociedade, como na arte e na cultura. Chã (2018), na obra "Agronegócio e Indústria Cultura, aborda como os patrocínios, por parte do Agronegócio, envolvem uma diversidade de atividades culturais, desde a agroshows até oficinas em comunidades do interior.

> *É frequente o envolvimento das empresas do agronegócio no campo artístico: temos empresas de veneno organizando festivais de música, produtoras de transgênicos financiando sessões de cinema e oficinas culturais para jovens, grandes empresas de celulose ou de cana-de-acúcar patrocinando orquestras sinfônicas ou organizando corais de trabalhadores. (Chã, 2018, p.17)*

Nesse sentido, os interesses fazem parte de um conjunto como a política, as mídias, em disputar o imaginário da sociedade que não se limita apenas à dimensão econômica e política, mas sobretudo, tem avançado também sobre o campo simbólico e cultural. Assim, esse *modus operandi* busca subordinar as manifestações artísticas e as manifestações culturais dos povos do campo ao seu projeto

hegemônico de desenvolvimento, pois "o Agronegócio desterritorializou os sujeitos que viviam no campo, e agora leva os seus filhos e filhas para aprenderem a 'nova ordem das coisas' nesses territórios" (Chã, 2018, p. 147).

De acordo com Leite e Medeiros (2012), o contexto em que surgiu o conceito de agribusiness evidencia-se a confluência de diferentes sujeitos acadêmicos, empresários e agentes governamentais que estavam empenhados em reflexão sobre as interações entre "agriculture" [agricultura] e "business" [negócio]. Nos anos 1940, liderados pelo decano Donald K. David, um coletivo de estudiosos da Harvard Business School buscava instituir uma disciplina para examinar as relações cada vez mais estreitas entre a produção agrícola e negócio.

Essa perspectiva, nascida no contexto norte-americano da pós-segunda guerra, não era meramente técnica, ela expressava um projeto que buscava homogeneizar os modos de vida rural, eliminando práticas agrícolas tradicionais, conhecimentos ancestrais e formas culturais consideradas "atrasadas" em relação à modernidade capitalista.

Embora tenha se originado no pós-guerra, nos Estados Unidos, essa concepção neoliberal de *agribusiness* chega ao Brasil, principalmente através de instituições ligadas aos grandes proprietários e exportadores agrícolas. Foi a partir da década de 1950, que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) introduziu o termo agronegócio no debate público brasileiro. Já no final de 1964, essa mesma confederação anunciou nas publicações em jornais da época e no governo de Castello Branco (1964-1967) foi lançado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) para créditos rurais

e o estímulo de máquinas e insumos (conhecido hoje por agrotóxicos que a noção de Agronegócio avançou no campo sociopolítico e econômico brasileiro (Pompeia, 2021, p. 78).

Sob a ideia do "progresso" e da "modernidade", o Estado brasileiro, aliado as grandes empresas midiáticas e empresas agroindustriais, desestimulou, criminalizou ou invisibilizou manifestações culturais, relegando-as à categoria de "folclore" ou "atraso", enquanto promovia a expansão “monocultural” e o acesso a recursos públicos para o agronegócio.

O termo agronegócio tem atuado cada vez mais ao desempenho econômico e à simbologia política, e cada vez menos às relações sociais, uma vez que opera com processos não necessariamente modernos nas diferentes áreas e regiões por onde avança a produção monocultura (Leite; Medeiros, 2012, p. 85). Essa relação do Agronegócio que o desvincula das relações de exploração, do desmatamento, do envenenamento da terra e do assassinato aos modos de vida do camponês, funciona também no campo da cultura e da memória coletiva. Por outro lado, o Bumba Meu Boi de Promessa e outras manifestações culturais camponesas expressam a historicidade, a resistência e a pertença dos povos à terra, já o agronegócio apresenta em seu lugar a imagem da "modernidade", do "progresso" e da "eficiência", apagando narrativas que contradizem seu projeto hegemônico.

> *Uma vez que, em nossa sociedade, as forças produtivas são altamente desenvolvidas e ao mesmo tempo as re- lações de produção aprisionam essas as forças produtivas, nossa sociedade está repleta de antagonismos. Esses antagonismos não se restringem apenas à esfera econômica, onde são universalmente reconhecidos, mas dominam também a esfera cultural, onde são reconhecidos com mais dificuldade. (Adorno, 2020, p. 109)*

Adorno (2020) quando aborda a Indústria Cultural, apresenta a lógica de cultura vinculada à mercadoria, que para o agronegócio e seu modelo de produção não é diferente, seu objetivo é transformar a organização social pautada numa economia de interesse do capital financeiro que tem transformado alimentos em mercadorias, cultura e arte em mercadoria e explorado os bens naturais, materiais e imateriais. Ao subordinar a terra à lógica do lucro, o agronegócio ataca comunidades, saberes tradicionais e práticas rituais que sustentavam relações não capitalistas com a natureza e com o sagrado, exatamente aquilo que o Bumba Meu Boi de Promessas, em sua essência, busca preservar e reafirmar através da promessa, do ritual e da coletividade.

Para atender seus interesses, o agronegócio trabalha fortemente com o imaginário das pessoas, sejam elas do campo ou da cidade. Bruno (2012), no texto "Sou agro", mostra o objetivo do setor em separação a identificação negativa do agronegócio da devastação ambiental, elencando pontos aceitáveis pela sociedade, apresentando a produção de alimentos como algo moderno (Bruno, 2012, p. 14). Por isso, a criação do movimento "Sou Agro" como estratégia hegemônica não apenas para invisibiliza os danos ambientais e sociais do agronegócio, mas também busca incorporar

e neutralizar as expressões culturais dos povos do campo, transformando-as em "patrimônio" despolitizado ou em "atração de agroshow's".

Enquanto o agronegócio mobiliza artistas e celebridades para construir sua narrativa hegemônica, ele desvaloriza, criminaliza ou invisibiliza os artistas e fazedores de cultura camponesa, aqueles que mantêm vivas as tradições como o do Bumba Meu Boi, do Terecô, das celebrações comunitárias que expressam outras formas de estar e produzir no campo.

De acordo com Martins (2025), o modelo agrícola brasileiro teve uma nova forma de atuar a partir da década de 2000, sob a dominação do capital financeiro, transformando os produtos primários em *commodities*, que foi uma forma de manter os investidores na crise de 2008 (Martins, 2025). Com esse avanço, constitui-se um novo bloco político-social que passou a articular a proteção dos latifúndios improdutivos contra a luta pela Reforma Agrária no campo brasileiro, e não apenas intensificou a concentração fundiária e a exploração da mão de obra, mas também acelerou a destruição dos territórios tradicionais e a desarticulação das comunidades que vivem da agricultura camponesa e das manifestações culturais.

Esse novo bloco político-social tem avançado no congresso nacional na pressão de aprovação de projetos de lei que favorecem o agronegócio, como o projeto do Marco Temporal de nº 14.701, de 28 de dezembro de 2023 e a Lei Geral do Licenciamento Ambiental de nº 2.159/2021, conhecida como Lei da "devastação". Para além desses avanços legislativos e na tentativa de dominar a narrativa de que o agronegócio não é o "monstro" destruidor de terras, florestas e vidas, vários deputados e senadores, representantes desses segmentos,

atacam constantemente a ministra do meio ambiente Marina Silva durante audiências na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados no ano de 2025.

Assim, a criminalização de lideranças do campo e o assassinato dos defensores da floresta e da terra estão intrinsecamente ligadas à tentativa de extinção das formas de vida e às manifestações culturais que expressam resistência ao agronegócio.

Esses ataques são frequentes e a necessidade de avançar nas pautas que estão ligadas às questões ambientais, o uso extensivo de agrotóxicos, o desmatamento, a exploração de mão de obra barata, muitas vezes análoga à escravidão, aos recorrentes assassinatos de lideranças e assuntos ligados à defesa do meio ambiente, revelam ações orquestradas pelo agronegócio para eliminar qualquer obstáculo ao seu “avanço” (CPT, 2024). Portanto, os ataques que o Agronegócio tem feito, está relacionado aqueles(as) que defendem não apenas a terra e a floresta, mas também o direito de manter vivas as manifestações culturais e os conhecimentos tradicionais dos povos originários, camponeses e quilombolas. Para produzir e eliminar a resistência cultural, o agronegócio precisa colocar todas as pessoas como parte dessa produção capitalista, silenciando vozes que expressam outras formas de estar e viver no mundo.

Nesse sentido, a campanha "Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo!" em relação ao que Alentejano (2020) traz, desde 2016, nos inunda diariamente no cenário midiático brasileiro com comerciais veiculados em horário nobre da maior rede de televisão do país, com propaganda que busca naturalizar a ideia de que tudo o que existe no meio rural brasileiro está intrinsecamente atrelado ao agronegócio (Alentejano, 2020, p. 156). O slogan "Agro é tudo" é, na

verdade, um projeto de totalitarismo cultural que busca aniquilar a pluralidade, a diversidade e, especialmente, manifestações como o Bumba Meu Boi, que expressam formas de ser e estar no campo rompendo a lógica mercantil do agronegócio.

Mas o que na verdade podemos observar é que o agronegócio tem intensificado a desigualdade social, concentrando terras e acessado os recursos públicos, explorando trabalhadores camponeses e enriquecendo cada vez mais. Essa concentração fundiária e de renda não é apenas um indicador de desigualdade econômica, ela é também uma causa material de desigualdade cultural e da impossibilidade de povos camponeses, quilombolas e de comunidades tradicionais manterem suas práticas culturais e seus territórios vivos. Famílias que perdem suas terras para o agronegócio perdem também seus espaços de comemoração, seus territórios de memória, suas possibilidades de continuar fazendo suas culturas, de realizar os rituais que marcam o calendário comunitário, de transmitir conhecimentos ancestrais às gerações mais jovens.

Enquanto o agronegócio recebe investimentos crescentes para “modernização”, mecanização e expansão territorial, a agricultura familiar é deixada à margem, com recursos insuficientes para manter suas bases produtivas, sociais e culturais.

A desigualdade socioeconômica não é apenas resultado de relações econômicas e históricas, mas é financiada e orquestrada por escolhas políticas do Estado brasileiro, que tem privilegiado o capital agrário em detrimento da agricultura camponesa. O Estado tem usado suas estruturas, políticas públicas e instrumentos de financiamento para manter a concentração de terras, a exploração dos recursos naturais e o poder nas mãos de uma minoria,

aprofundando as contradições sociais e ambientais no campo (Tricontinental, 2022, p. 7).

Nesse sentido, a própria política pública torna-se um instrumento de manutenção e reprodução das desigualdades agrárias, integrando o conflito e a exclusão do campesinato aos bens materiais e imateriais. Ao favorecer o agronegócio, o Estado contribui não apenas para o esvaziamento econômico da agricultura camponesa, mas também para o esvaziamento cultural dos territórios, fragilizando as condições materiais e simbólicas, assassinando à existência de manifestações como o Bumba Meu Boi de promessa, que depende de comunidades vivas, terras preservadas e sujeitos coletivos capazes de produzir arte, cultura e resistência no campo.

Diante dessa lógica, a relação cultural e econômico promovida pelo agronegócio e legitimada pelo Estado, sempre foi necessário, para os movimentos sociais, criar projetos contra-hegemônicos que reafirmavam outras formas de estar e produzir no campo. Nesse contexto, a Agricultura Camponesa, fundamentada em princípios agroecológicos, constitui-se não apenas como necessidade produtiva, mas como projeto político que reintegra dimensões material, cultural, espiritual e territorial da vida camponesa, quilombola e de comunidades tradicionais.

O BOI DE PROMESSA: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE A PRODUÇÃO IMATERIAL (CULTURA) E A PRODUÇÃO MATERIAL (TRABALHO AGRÍCOLA)

Para contrapor a ideia de campo defendido pelo agronegócio, apontaremos a Agricultura Camponesa, que parte dos princípios da Agroecologia, para pautar a luta pela produção material e imaterial

da vida no campo. Essa produção imaterial, que parte dos conhecimentos ancestrais, rituais, artísticas e cultural que fortalece a identidade coletiva dos povos camponeses, quilombolas, das águas e das floretas, é abordado como elemento importante do modo de vida baseado em princípios agroecológicos.

Assim, manifestações como o Bumba Meu Boi de Promessa, não podem ser desassociadas da luta pela terra, pela agroecologia e pela afirmação de um projeto de campo que contrapõe a lógica imposto pelo agronegócio.

A esse respeito, Alentejano (2020) aborda questões importantes sobre questão agrária e agroecologia no Brasil. A luta pela Reforma Agrária Popular, luta do MST por "mudanças na estrutura e na relação com o acesso à terra, os bens da natureza, modos de produção e organização comunitária camponesa" (MST, 2021, p. 12), corrobora com os desafios que o movimento pela agroecologia tem debatido. A luta pela Reforma Agrária Popular, não é apenas uma forma de produção de alimentos, ela envolve dimensões culturais e simbólicas profundas. (Fabrini, 2007, p. 156).

Para contrapor o modelo de campo proposto pelo agronegócio, defendemos a ideia da Agroecologia como modo de produção e de vida no campo. Para Guhur e Toná (2012), o surgimento da agroecologia é determinante nas questões ecológicas, porém envolve as condições sociais, culturais e políticas do campesinato que estão sendo ameaçadas por um modelo hegemônico e tecnológico de produção que sustenta o agronegócio no Brasil e no mundo (Guhur; Toná, 2012, p. 60).

A agroecologia, portanto, não é um simples conjunto de técnicas agrícolas "sustentáveis", ela é uma práxis integral que mobiliza conhecimentos tradicionais, saberes ancestrais, práticas rituais e formas culturais que expressam uma relação distinta com a natureza, com o sagrado e com a coletividade.

Silva e Souza (2020, p. 89) destaca que a agroecologia foi “forjada na prática cotidiana da luta pela terra e pelo território de povos indígenas, das tradições e do campesinato", ou seja, ela é indissociável da arte, das expressões culturais, das celebrações e das manifestações artísticas que marcam a vida comunitária desses povos.

Nesse sentido, o Bumba Meu Boi não é mero "entretenimento" ou "folclore", ele é parte constitutiva da práxis agroecológica, expressão viva de uma cosmovisão que articula produção material e imaterial, conhecimento tradicional, espiritualidade e resistência territorial.

Essa relação cultural aponta a agroecologia não homogeneizada, não padronizada, que não exclui as particularidades, as identidades, os conhecimentos e as expressões culturais dos povos do campo. Ao contrário, ela reafirma a especificidade de cada comunidade, cada territorialidade, cada cosmovisão, da relação com a terra, com os ciclos naturais, com a comunidade e com o sagrado (Moura, 2025, p. 78).

Nesse sentido, a Agroecologia que apontamos como possibilidade valoriza a cultura, os saberes, as técnicas milenares tradicionalmente utilizada pela comunidade, coexistindo o homem com a natureza em uma relação de respeito. Essa totalidade da vida inclui não apenas a produção de alimentos, mas a organização social, os rituais

comunitários, as práticas de solidariedade que fortalece a coletividade. Saquet (2014) afirma que "as práticas agroecológicas funcionam como práxis da agricultura camponesa diferenciada" que mantém "maior autonomia decisória, manejo ecológico, valorização do conhecimento do agricultor e de sua cultura historicamente construída". (Saquet, 2014, p. 178)

Portanto, nas comunidades campesinas há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução dos conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da reunião da vida (aniversários) e da convivência com a morte (ritualidade dos funerais) (Carvalho; Costa, 2011, p. 115).

Quando tratamos do Bumba Meu Boi de Promessa, refletimos sobre suas múltiplas dimensões da vida comunitária

> *ele é festa e jogo, é religiosidade (pois vincula-se a promessas feitas a santos e à natureza), é expressão cultural da mais bela estética artística, é dado significativo que marca o calendário (festas de Santos, ciclos de trabalho agrícola), é aprendizado comum onde mestres culturais compartilham conhecimentos, é espaço de troca de experiências entre os sujeitos, é expressão da diversidade (cada comunidade tem seu próprio Bumba, suas próprias narrativas e personagens), é política, e é, fundamentalmente, celebrar a vida e reafirmação da possibilidade de existência coletiva frente às ameaças do agronegócio e da subordinação capitalista (Moura, 2025, p. 85)*

Nesse sentido, podemos afirmar que o boi de Promessa é uma práxis agroecológica, pois ao definirmos esta relação como unidade dialética entre: a) transformação das relações material-ecológicas com a natureza (produção baseada em ciclos naturais); b) transformação das relações sociais de produção (coletividade); c) produção simbólica e espiritual (cosmologia, ritual, memória) que expressa visão de mundo próprio.

O Bumba Meu Boi de Promessa materializa essa práxis, pois ao reafirmar a relação ecológica com os ciclos agrícolas, cultiva relações comunitárias de solidariedade e cooperação, transmite conhecimentos tradicionais sobre plantas, animais, trabalho e trata de forma estética uma cosmovisão que não separa o humano da natureza, do trabalho, da celebração material e imaterial dos modos de vida.

Assim, o Bumba Meu Boi de promessa sempre foi um instrumento de luta contra-hegemônica, um campo privilegiado onde se disputa não apenas a forma de produzir, mas fundamentalmente a forma de estar, celebrar e resistir no campo brasileiro (Cardoso, 2012, p. 48).

O Bumba Meu Boi de Promessa Como Práxis Agroecológica

O Boi de Promessa surge como expressão do Bumba Meu Boi maranhense, enraizado em uma lógica econômico-religiosa que integra de forma indissociável a produção agrícola, a devoção aos santos e a vida comunitária.

Conforme relata um dos fazedores de cultura entrevistados, "o Boi de Promessa, ele era aquele agricultor que era religioso que ele vem da religião como todas as promessas feitas pelos Santo Antônio, São João e São Pedro" (Entrevista 03, concedida em novembro de 2025),

evidenciando que o boi não era um entretenimento, mas a materialização de um compromisso sagrado entre o agricultor, sua comunidade e os santos padroeiros.

De acordo com os entrevistados, a promessa seguia o calendário agrícola do plantio que ocorria em janeiro (milho, arroz, feijão), a colheita chegava em junho, e era exatamente neste período que se realizava um ritual de redistribuição dos excedentes para o boi. Como explicado outro entrevistado, "eles fizeram o plantio em janeiro ele plantava o milho, o arroz e tudo, aí, quando chegava em junho, eles já tinham colhido o arroz o feijão e todos os seus derivados[...] e tiravam uns 30, 50% para o boi (a festa), e a outra metade para a família" (Entrevista 01, concedida em novembro de 2025).

> *o Boi Promessa, no São João, e aí eles faziam o plantio em janeiro, [...] eles já tinham colhido o arroz o feijão e todos os seus derivados ou o que eles tinham plantado naquela época e tiravam porcentagem uns tiravam 30, 50 %, outros faziam metade/metade do boi, metade para a família, entendeu? Então esses gastos da metade que tinha da promessa do boi que fazia. (Entrevistado 01, concedida em novembro de 2025)*

O Boi de Promessa representa, portanto, uma práxis agroecológica, onde a produção imaterial (cultura, promessa, ritual, fé) era inseparável da produção material (trabalho, colheita e recurso), constituindo uma forma de resistência contra a lógica capitalista hegemônica de apropriação privada dos frutos do trabalho.

O ciclo cultural do Bumba Meu Boi de Promessa não era arbitrário, mas profundamente sincronizado aos ciclos agrícolas e ao

calendário de devoções religiosas que estruturavam a vida das comunidades camponesas e quilombolas de Bacabal. Conforme demonstra a pesquisa de Furlanetto (2010)

> *O Bumba Meu Boi maranhense organiza-se em quatro etapas fundamentais: os ensaios preparatórios (de Sábado de Aleluia até Santo Antônio, 13 de junho); o batismo em junho (quando o boi recebe as vitórias de São João); as apresentações públicas juninas (estendendo-se até final de junho e finalmente a festa da morte do boi (de julho até outubro/novembro) (Furlanetto, 2010, p. 109).*

A colheita, em junho, tinha a repartição dos excedentes que era o recurso para a feitura do boi. Um dos entrevistados aborda esta articulação: "E é por isso que tem a ver com agricultura, tem a ver com o pessoal do campo, do quilombo" (Entrevista 2, concedida em novembro de 2025), destacando que a relação entre Boi de Promessa, produção agrícola e a territorialidade não era por um acaso, mas estruturante.

> *O boi, portanto, não era apenas uma celebração de alegria, mas um ato de cumprimento de promessas, compromissos sagrados que mobilizavam a comunidade inteira em torno da tarefa coletiva de garantir recursos para a feitura do animal (tambores, roupas, bordados, musicais instrumentais) (Furlanetto, 2010, p. 112).*

A morte anual do boi completou o ciclo de renovação, assim como o boi ressuscitava a cada ano (Furlanetto, 2010), as promessas eram

renovadas, os plantios recomeçavam, e a comunidade reafirmava seu pertencimento territorial e sua fé compartilhada.

A história do Bumba Meu Boi de Promessa em Bacabal revela um processo de esvaziamento contínuo, não por falta de interesse comunitário, mas pela transformação estrutural do território com o avanço do agronegócio e pela ruptura das condições materiais que permitiam sua realização.

Um dos entrevistados, que na época era gestor cultural, relata que "em Bacabal deveria ter na faixa aí dos 10 ou 16 bois de promessa, porque eles foram localizados em povoados diferentes" (Entrevista 02, concedida em novembro de 2025). Assim, a região possuía uma quantidade significativa de Bois de Promessa distribuídos em diferentes comunidades. "quando a gente foi registrar, a gente deu a entender que a gente tinha seis boi em 2001 e 2015 para 2016, nos 6 bois, o boi ainda vivente que era o boi de ouro no bairro da Areia" (Entrevista 02, concedida em novembro de 2025).

Este processo de esvaziamento não ocorreu por acaso, mas reflete a transformação do próprio território camponês de Bacabal, onde comunidades quilombolas e camponesas foram expulsas de suas terras, impedidas de cultivar, impossibilitadas de cumprir suas promessas e, consequentemente, de manter viva a tradição do Boi de Promessa.

A desarticulação material do Boi de Promessa em Bacabal corresponde ao período de intensificação de conflitos por terra na região do Médio Mearim na década de 70. Como documenta Frazão (2017) em seu estudo sobre conflitos agrário na região do Médio Mearim no estado do Maranhão. A segunda metade do século XX foi

marcada por um período de expulsão das famílias camponesas, com apoio do estado e apropriação privada de terras devolutas.

> *O Médio Mearim, portanto, era ocupado por levas de sujeitos em busca de dias melhores, com experiências de vida diversas, tornando o lugar culturalmente rico. [...] A segunda metade do século XX é marcada por diversas tentativas de expulsão e de formas de violências contra as famílias que resistiam na posse. Propagado enquanto um "eldorado", em outras representações como "um grande celeiro de arroz", o imaginário social fluía, sendo propagadas as boas novas de uma terra prospera, o que foi atraindo migrantes e demando uma quantidade de terras que foi se tornando escassa, por outro lado a disputa com os detentores do poder econômico aliado ao poder político, que passam a investir nos grandes projetos agropecuários, financiado pelo próprio Estado, ao se apossar da terras devolutas, aproveitando da conjuntura da Ditadura Civil-Militar, uma realidade que permanece na redemocratização do país. (Frazão, 2017, pp 99-100)*

Os conflitos agrários e a expulsão dos povos camponeses, consequentemente houve a diminuição do boi, da década de 60 até meados de 2016, coincide com o período onde apresentou muitos conflitos agrários na região. Primeiro com os fazendeiros expulsando os povos do campo, depois, com a chegada do gado de corte, e hoje, com a pulverização aérea de agrotóxico pelo agronegócio.

> *Diante das mudanças em curso do final da década de 1960, no tocante a venda de terras públicas do estado do Maranhão muitas famílias são expulsas do campo, porque tinham a posse, mas não a titularidade da terra. A prática da grilagem se tornava cada vez mais frequente, os proprietários argumentavam estar agindo dentro da Lei, mesmo apresentando títulos fraudulentos. (Frazão, 2017, p. 58)*

Essa violência territorial entre aqueles que agem de forma criminosa no campo agrário impõe uma crise material e simbólica. Assim, o do Bumba Meu Boi de Promessa em Bacabal não está apenas na perda territorial, mas na ruptura da relação cultural dos mais velhos para os mais jovens. Diferente de outras manifestações culturais que transmitem como patrimônio familiar e comunitário, a promessa ao santo do Bumba de Promessa era um compromisso entre aquele agricultor, sua comunidade e o sagrado.

Conforme relata um entrevistado,

> *a promessa do meu pai, eu não sou obrigado a continuar, algumas vezes a promessa era para o filho o filho doente, alguma coisa, não havia mecanismo cultural que obrigasse os filhos a renovar aquele compromisso [...]. Mas eles não entenderam isso, não deram continuidade à cultura do pai, porque realmente ele tem um incentivo para trabalhar o boi era um incentivo para trabalhar pela fé, sempre foi fartura na época dos bois sempre foi fartura. (Entrevista03, concedida em novembro de 2025)*

A relação do Boi de Promessa em Bacabal não pode ser dissociada da violência territorial que cercava as comunidades quilombolas e camponesas. Um entrevistado relata que “nós estamos na região de quilombos que são todos rodeados de fazendeiros, só que os quilombos chegaram primeiro aqui, os quilombos foram que fundaram essa região de Bacabal” (entrevista 03, concedida em novembro de 2025). Isso evidencia que a territorialidade quilombola precede a chegada dos atuais fazendeiros. Contudo, "os fazendeiros chegaram depois e com influência dos cartórios foram comendo as terras, foram comendo tudo" (entrevista 02, concedida em novembro de 2025), transformando Bacabal em campo de disputas hegemônicas onde essa espoliação territorial, materializada em cartórios, decretos de grilagem, cercas de arame farpado, eliminou as condições agrícolas que permitiam cumprir promessas ao santo, como nos mostra outro entrevistado: “como o boi de promessa era para a plantação, era para sobrevivência, era pela cultura, era pelas origens, e isso foi acabando , conectando diretamente a impossibilidade de plantar com impossibilidade de fazer boi" (Entrevista 01, concedida em novembro de 2025)."

O êxodo rural em Bacabal não foi resultado natural, mas de violência estrutural que expulsou quilombolas e agricultores para a cidade. Conforme aborda outro entrevistado onde "até expulsar eles, dos quilombos, para a cidade para poder trabalhar de outras coisas, para poder sobreviver e param de brincar de boi" (entrevista 03, concedida em novembro de 2025).

Bacabal historicamente se destacou pela produção de arroz em larga escala comunitária, infraestrutura que sustentava não apenas a sobrevivência, mas a realização anual do Boi de Promessa. Um entrevistado ressalta que "Bacabal era muito sobre arroz" (entrevista

01, concedida em novembro de 2025), conectando identidade territorial com matriz produtiva. Nos tempos de abundância, relata outro entrevistado "teve muito muita fartura até que o pessoal naquele tempo fazia uns galpões grandes, um paiol que eles chamavam para colocar o arroz, para colocar o milho" (entrevista 02, concedida em novembro de 2025).

O momento atual de Bacabal caracteriza-se pela ausência do Bumba Meu Boi de Promessa, não como esquecimento, mas como impossibilidade material e geracional (mestres mortos sem sucessores) e espiritual (promessas não renovadas, contudo, a permanência da memória nos relatos dos mais velhos), o ciclo ritual, a aritmética de repartição (30%, 50%, metade-metade), indica que o Bumba meu Boi de Promessa não morreu assassinato por falta de emprenho, ou até mesmo por vontade dos que faziam a festa, mas por suas condições materiais.

CONCLUSÃO

O Bumba Meu Boi de Promessa apresenta-se a partir de uma práxis agroecológica que articula a produção material (trabalho agrícola, colheita, repartição dos excedentes) e a produção imaterial (promessas aos santos, rituais comunitários, expressões artísticas e transmissão de conhecimentos ancestrais). Assim, essa manifestação cultural não se apresentava como um entretenimento, mas um compromisso sagrado que tinham os ciclos agrícolas com o calendário de devoções aos santos. O boi acompanhava as etapas do plantio (janeiro) e da colheita (junho), quando as comunidades repartiam os excedentes (30%, 50%, ou metade-metade) para cumprir as promessas feitas.

Contudo, a história recente de Bacabal revela um processo contínuo de desaparecimento do Bumba Meu Boi de Promessa que não decorre de falta de interesse comunitário, mas da transformação estrutural do território causada pelo avanço do agronegócio onde os conflitos agrários intensificados a partir da década de 1960, marcados pela expulsão de famílias camponesas, grilagem de terras, chegada do gado de corte e, posteriormente, pulverização aérea de agrotóxicos, romperam com as condições materiais para manter a tradição viva. De aproximadamente 10 a 16 Bois de Promessa em diferentes povoados, restava apenas um (o Boi de Ouro) em 2015-2016. Esse desaparecimento dos bois de promessas corresponde diretamente ao período de intensificação dos conflitos pela terra na região do Médio Mearim, onde comunidades quilombolas e camponesas foram expulsas, impedidas de cultivar de permanecer em suas terras.

O momento atual de Bacabal caracteriza-se pela ausência material e geracional do Bumba Meu Boi de Promessa, porém não pela extinção da memória. Os relatos dos mais velhos mantêm viva a lembrança dessa práxis, evidenciando que o boi não morreu por assassinato direto ou falta de empenho comunitário, mas porque suas condições materiais como a terra, a produção agrícola, e as comunidades de forma geral foram destruídas. A defesa do Bumba Meu Boi de Promessa, portanto, não é uma questão apenas cultural de "preservação do folclore", mas uma luta material e política pela terra, pela soberania alimentar e pelo direito dos povos do campo mantiverem vivas suas cosmologias, seus rituais, suas formas de estar e viver no mundo.

Essa análise reafirma que arte, cultura e cosmologia não são acessórios da luta agrária, elas são dimensões constitutivas da

resistência contra-hegemônica ao agronegócio. E ao enfrentar a hegemonia do capitalismo agrário, aponta-se a necessidade de defender o direito das comunidades quilombolas, camponesas e de comunidades tradicionais que reconstroem suas bases materiais de produção e, com elas, suas manifestações culturais. O Bumba Meu Boi de Promessa torna-se, não por "resgate folclórico", mas pela garantia de acesso à terra, pela Reforma Agrária Popular e pelo fortalecimento da agricultura camponesa com base agroecológica, as únicas condições que permitirão que novas promessas sejam feitas, que os sem-terra possam ter acesso à terra, à cultura, à saúde, a dignidade da vida em seus territórios de pertencimento, e que, enfim, o boi volte a brincar nos campos do Maranhão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Felipe Calil. **História do Bumba meu Boi do Maranhão (1828-1900).** 1ª ed. Goiânia: Editora Altas Performance, 2024.

ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural.** Traduzido por Vinicius Marques Pastorelli. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A questão agrária no Brasil atual:** uma abordagem a partir da geografia. Terra Livre, São Paulo, ano 36, v. 1, n. 56, p. 252-280, 2020.

BRUNO, Regina. **Sou agro:** a trama discursiva do agronegócio. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 7-32, jul.-dez. 2012.

CARDOSO, LCM D. **Marginal a oficial:** a fabricação do Bumba-meu-boi como símbolo de identidade do Estado do Maranhão. Folkcom, v. 2, pág. 45-68, 2012.

CARVALHO, H. M.; COSTA, F. A. **Agricultura camponesa.** In: CALDART, R. S. et al. (org). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2012. p. 28-34.

CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e Indústria Cultural:** estratégia das empresas para a construção da hegemonia. 1ª e. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2024.** Goiânia: CPT, 2025. Disponível em: https://cptnacional.org.br/2025/04/23/em-2024-1-622-trabalhadores-rurais-foram-resgatados-do-trabalho-escravo-aponta-publicacao-da-cpt/. Acesso em: 15 de jun. 2025.

FABRINI, JE. **Concepções e práticas coletivas entre os camponeses.** Revista AGETEO, São Paulo, v. 1, pág. 148-168, 2007.

FRAZÃO, Jaciara Leite. **Conflitos agrários no Médio Mearim-MA (1970-1990):** memória e experiência da luta pela terra no Povoado Aldeia. 2017. 118 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2017. Orientadora: Profa. Dra. Marcia Milena Galdez Ferreira

FURLANETTO, BH. **O Bumba-meu-boi do Maranhão:** território de encontros e representações sociais. Revista RA'E GA, Curitiba, n. 20, pág. 107-113, 2010.

GUHUR, Dominique Michèle Perioto; TONÁ, Nilciney. **Agroecologia.** In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

INSTITUTO TRICOTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **O agronegócio como elemento potencializador das desigualdades no campo no Brasil.** São Paulo: Tricontinental, 2022.

IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). **Dossiê do Registro do Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão.** Brasília: IPHAN, 2011.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Agronegócio.** In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2025.

MOURA, MM. **Auto do Bumba Meu Boi como resistência na comunidade da Maioba.** 2025. Dissertação (Mestrado em Educação do Campo) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Reforma Agrária Popular.** MST, 2021. Disponível em: https://mst.org.br/reforma-agraria-popular/. Acesso em: 20 mar. 2021.

POMPEIA, CA. **Misoginia política:** Ódio, capital e patriarcado. São Paulo: Todavia, 2021.

SAQUET, M. **A Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas:** uma perspectiva geográfica. Mercator, Fortaleza, v. 3, pág. 169-179, 2014.

SILVA, JC; SOUZA, MR. **Agroecologia:** diversidade, movimento e resistência. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 1, pág. 85-102, 2020.

---

[1] Doutor e mestre em Educação pela Universidade de Brasília. Licenciado em Educação do Campo com habilitação na área de Linguagens pela Universidade de Brasília. Docente no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Universidade Federal do Maranhão. Coordena o curso de Formação de Professores em nível de aperfeiçoamento Escola da Terra. Tem pesquisas e extensão na área da Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Questão Agrária. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] Cursando Enfermagem. Faculdades Pitágoras. Extensionista pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), vinculado ao Ministério da Cultura, como Agente Territorial de Cultura. Trabalha na parte cultural de comunidades Quilombolas com o projeto de audiovisual na valorização da cultura dos povos quilombolas, de terreiro de Bumba meu Boi no territorial imediato de Bacabal. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail